



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 62ª  
(SEXAGÉSIMA SEGUNDA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
EM 2 DE AGOSTO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Antes de iniciarmos os Comunicados de Líderes, esta Presidência retifica os seguintes resultados da votação realizada em 29 de junho de 2016:

O veto ao Projeto de Lei nº 290, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, foi rejeitado com 17 votos contrários, 2 votos favoráveis, 2 abstenções e 3 ausências.

O Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2016, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, foi aprovado em segundo turno com 19 votos favoráveis e 5 ausências.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Errata de Ordem do Dia:

Na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 29 de junho de 2016, item nº 184, em primeiro turno, e na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 30 de junho de 2016, item nº 177, em segundo turno, onde se lê: "Projeto de Lei nº 779, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro", leia-se: "Projeto de Lei nº 779, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro".

Na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 30 de junho de 2016, item nº 197, em turno único, onde se lê: "Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes", leia-se: "Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes".

Em virtude de erro manifesto dos Deputados Cristiano Araújo e Telma Rufino, na aprovação das Emendas nºs 48 e 49, respectivamente, ao Projeto de Lei nº 1.110, de 2016, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária do Distrito Federal no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)", eu gostaria de fazer a seguinte retificação – e também à Emenda Aditiva, de segundo turno, nº 86, de autoria do Deputado Cristiano Araújo:

Errata:

Emenda Aditiva nº 48, da Deputada Telma Rufino.

Acréscimo valor de R\$ 6.100.000,00 (seis milhões e cem mil reais).

Onde se lê:

Unidade Orçamentária: 22201

Esfera: 1

Função: 15

Subfunção: 452

Programa: 6210

Ação: 6508

Subtítulo: Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas – Manutenção de Áreas Públicas do Distrito Federal – RALN, valor: R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais)

Leia-se:

Unidade Orçamentária: 22201

Esfera: 1

Função: 15

Subfunção: 452



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Programa: 6210

Ação: 8508

Subtítulo: Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas – Manutenção de áreas públicas do Distrito Federal.

Valor: R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais).

Onde se lê:

Unidade orçamentária: 22201

Esfera: 1

Função: 15

Subfunção: 452

Programa: 6210

Ação: 6508

Subtítulo: Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas – Manutenção de áreas verdes do Distrito Federal.

Valor: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais);

Leia-se:

Unidade orçamentária: 22201

Esfera: 1

Função: 15

Subfunção: 452

Programa: 6210

Ação: 8508

Subtítulo: Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas – Manutenção de áreas verdes do Distrito Federal.

Valor: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Emenda Aditiva nº 48, do Deputado Cristiano Araújo.

Suplementações: R\$ 10.820.000,00 (dez milhões, oitocentos e vinte mil reais).

Onde se lê:

Unidade orçamentária: 22201

Esfera: 1



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Função: 15

Subfunção: 452

Programa: 6210

Ação: 6508

Subtítulo: Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas – Manutenção de vias públicas do Distrito Federal.

Valor: R\$ 1.065.000,00 (um milhão, sessenta e cinco mil reais);

Leia-se:

Unidade orçamentária: 22201

Esfera: 1

Função: 15

Subfunção: 452

Programa: 6210

Ação: 8508

Subtítulo: Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas – Manutenção de vias públicas do Distrito Federal.

Valor: R\$ 1.065.000,00 (um milhão, sessenta e cinco mil reais).

Onde se lê:

Unidade orçamentária: 22201

Esfera: 1

Função: 15

Subfunção: 452

Programa: 6210

Ação: 6508

Subtítulo: Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas – Manutenção de áreas verdes do Distrito Federal.

Valor: R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais);

Leia-se:

Unidade orçamentária: 22201

Esfera: 1

Função: 15



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Subfunção: 452

Programa: 6210

Ação: 8508

Subtítulo: Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas – Manutenção de áreas verdes do Distrito Federal.

Valor: R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais).

Emenda Aditiva de Segundo Turno nº 86, de autoria do Deputado Cristiano Araújo.

Suplementações: R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais).

Onde se lê:

Unidade orçamentária: 22201

Esfera: 1

Função: 15

Subfunção: 452

Programa: 6210

Ação: 6508

Subtítulo: Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas – Manutenção de vias públicas do Distrito Federal.

Valor: R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais);

Leia-se:

Unidade orçamentária: 22201

Esfera: 1

Função: 15

Subfunção: 452

Programa: 6210

Ação: 8508

Subtítulo: Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas – Manutenção de vias públicas do Distrito Federal.

Valor: R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais).

Onde se lê:

Unidade orçamentária: 22201



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Esfera: 1

Função: 15

Subfunção: 452

Programa: 6210

Ação: 6508

Subtítulo: Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas – Manutenção de áreas verdes do Distrito Federal.

Valor: R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais);

Leia-se:

Unidade orçamentária: 22201

Esfera: 1

Função: 15

Subfunção: 452

Programa: 6210

Ação: 8508

Subtítulo: Manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas – Manutenção de áreas verdes do Distrito Federal.

Valor: R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais).

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Antes de convidar a próxima Parlamentar, Deputada Telma Rufino, quero fazer um apelo aos nobres Deputados que se encontram na Casa. Há um projeto de lei que a gente precisa fazer, que é o do PAS – Programa de Avaliação Seriada. Há uma retificação nele. Senão, isso vai prejudicar a rede, os nossos alunos que pretendem ingressar na UnB. Se a gente não fizer isso hoje, que seja nesta semana, no máximo, mas que a gente faça ainda hoje, senão muitos alunos, vários alunos, centenas de alunos serão prejudicados. Por isso eu faço um apelo para que os Deputados desçam ao plenário, mesmo aqueles que não vão poder ficar até o final por algum motivo. Nós estamos precisando aqui de pelo menos um Deputado. Se chegar mais um Deputado aqui, pelo menos, nós vamos votar logo. Essa retificação precisa ser feita para que não prejudiquemos os nossos alunos que dependem muito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

da aprovação desse projeto de lei. É apenas uma retificação, mas nós precisamos de treze votos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero registrar que no dia de ontem nós fomos procurados pela assessoria da Secretaria de Educação, na figura do Fernando, que nos relatou que houve um equívoco diante daquilo que havia sido acordado. Por sinal, era uma emenda de autoria de V.Exa., juntamente com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que adentrava a faixa de renda de dois salários mínimos, a partir do próximo ano, sendo que neste ano se situaria na faixa de um salário mínimo e meio, e que nesse acordo o governo teria condições de assumir esse incremento para o próximo ano. Portanto, nós do Partido dos Trabalhadores somos favoráveis a essa correção. Entendemos que é um ganho para a sociedade. Aquilo que foi acordado tem que ser respeitado. Erro processual ou material é algo passível de ocorrer. E nesse sentido, acho que a bom tempo, identifica-se o equívoco e se corrige. É bom destacar que havia uma proposta original nesse sentido, era uma emenda do Deputado Julio Cesar, que foi, inclusive, retirada com a iniciativa do próprio autor. Portanto, a matéria perdeu a sua materialidade, a sua justificativa de ser. Então, o erro foi um erro absolutamente reconhecível e, portanto, passível de ser devidamente feita essa correção.

Portanto, nós somos favoráveis. Foi um assunto em que nos adentramos no dia de ontem, mas, a princípio, não há dificuldade na bancada. Inclusive, confirmada também pela nossa assessoria.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apenas para seguir na mesma linha de V.Exa. e também do Deputado Wasny de Roure, eu gostaria de dizer o seguinte: precisávamos realmente corrigir esse pequeno erro que aconteceu no último dia de sessão. Com certeza, os nossos jovens não podem ser penalizados. Desde já, quero agradecer a cada um dos Deputados que se dispõem a estar aqui conosco para que possamos corrigir.

Sr. Presidente, se V.Exa. permitir – nós já temos o *quorum* necessário –, já podemos ir para a votação desse item, por gentileza.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu gostaria de consultar os Líderes. Se vocês concordarem, a gente encerra agora os Comunicados de Parlamentares e de Líderes, vota a correção e, logo em seguida, retorna a ouvir.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu concordo e acho que a gente não pode perder a oportunidade de corrigir a falha no projeto do PAS.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Agradeço V.Exa., Deputado Prof. Israel.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também concordo. Acho importante a votação desse projeto do PAS.

Eu queria também deixar aqui uma informação: nós da Frente Parlamentar Evangélica estamos entrando com uma moção de repúdio ao *outdoor* que foi colocado em frente a uma escola de crianças de 2 a 12 anos de idade. Esse *outdoor*, Deputada Telma Rufino, mostra mulheres seminuas em frente dessa escola, fazendo propaganda de uma boate de nudismo aqui em Brasília. Quero informar também que nós temos um projeto de lei que proíbe esse tipo de propaganda aqui no Distrito Federal.

Então, eu queria pedir ao Presidente que, da mesma forma, a gente pudesse colocar em votação essa moção que mostra repúdio a esse *outdoor* que demonstra mulheres seminuas na porta de uma escola que atende crianças de 2 a 12 anos de idade, demonstrando extrema falta de respeito com a família do Distrito Federal.

Era isso que eu tinha a falar, Sr. Presidente, e sou favorável a votar o projeto do PAS.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Encerrados os Comunicados de Líderes e de Parlamentares.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

Solicito aos Srs. Deputados que saíam que retornem aqui rapidamente para que possamos votar essa retificação do PL nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo.

Conforme comunicado do Deputado Julio Cesar, Memorando nº 111 de 2016, inclui-se como item extrapauta, na sessão ordinária de hoje, o Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de Ensino Médio da rede pública de ensino do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada – PAS, Etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências”, para proceder à retificação dos pareceres das comissões, tendo em vista pedido de retirada da emenda de autoria do nobre Deputado Julio Cesar.

Para sanar o equívoco processual, retorno o projeto à CESC, à CEOF e à CCJ, para que se manifestem novamente sobre as Emendas nºs 1, 2 e 3 de segundo turno.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Presidente, acate minha solicitação para votar a moção.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Sim, acato a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de Ensino Médio da rede pública de ensino do Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada – PAS, Etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências”.

Solicito ao Relator da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que profira parecer às Emendas nºs 1, 2 e 3 de segundo turno.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de Ensino Médio da rede pública de ensino do Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada – PAS, Etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências”, exclusivamente com base nas Emendas nºs 1, 2 e 3.

O parecer desta comissão, a pedido do proponente das emendas, é pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 e pelo acatamento da Emenda nº 3.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Solicito ao Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que profira parecer sobre as Emendas nºs 1, 2 e 3 de segundo turno.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer sobre as Emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e Deputado Prof. Reginaldo Veras, ao Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de Ensino Médio da rede pública de ensino do Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada – PAS, Etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências”.

Nos termos do art. 64 do Regimento Interno, cabe a esta comissão examinar e dar parecer às emendas. Então, sou pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1 e 2, e pelo acatamento da Emenda nº 3.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está aprovado com a presença de 14 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às Emendas nºs 1, 2 e 3, de segundo turno, ao Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de Ensino Médio da rede pública de ensino do Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada – PAS, Etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Somos pela inadmissibilidade das Emendas nº 1 e nº 2 e pelo acatamento da Emenda nº 3.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 14 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Por fim, ratifico a votação do projeto em segundo turno e a sua redação final, com 18 votos favoráveis e 6 ausências.

Vamos votar, então, as moções e os requerimentos, enquanto estamos aqui, abrindo depois espaço para as falas? Pode ser? Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções em bloco pelo processo nominal. (Pausa.)

Havendo acordo, apreciação em bloco dos seguintes itens.

Item nº 226:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.923, de 2016, de autoria do Deputado Julio César, que “requer a realização de audiência pública no dia 30 de agosto de 2016, às 19h, no plenário, para debater a valorização do profissional da dança”.

Item nº 227:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.930, de 2016, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “requer a transformação da sessão ordinária da Câmara Legislativa do DF do dia 01 de setembro de 2016 em comissão geral para debater sobre o câncer de mama, com a participação da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA”.

Item nº 228:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.931, de 2016, de autoria do Deputado Julio César, que “requer a realização de audiência pública no dia 9 de setembro de 2016, às 19h, no plenário, para tratar sobre a Lei de Incentivo ao Esporte”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Item nº 229:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.852, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública para discutir as condições da quadra 12 da Estrutural”.

Item nº 230:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.922, de 2016, de autoria dos Deputados Wasny de Roure e Agaciel Maia, que “requer a realização de audiência pública para debater problemas relacionados à emissão de alvarás das quadras 1 a 7 do Setor Leste Industrial, situado na Região Administrativa do Gama (RA II)”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 423, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, do Deputado Julio Cesar, do Deputado Bispo Renato Andrade e da Deputada Sandra Faraj, que “manifesta repúdio à promoção de propaganda de anúncio de boate com mulheres nuas expostas no *outdoor* colocado próximo a colégio em que estudam crianças de 2 a 12 anos na Região Administrativa de Vicente Pires”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as proposições; os que votarem “não” estarão rejeitando-as.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

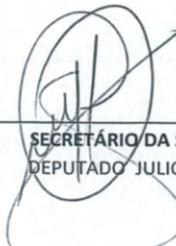


DATA: 02/08/2016

MOÇÕES Nº	423/2016
REQUER Nº	1.923/2016, 1.930/2016, 1.931/2016, 1.852/2016, 1.922/2016,
AUTORIA:	VÁRIOS DEPUTADOS
	TURNOS ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
7	DELMASSO	PTN	1					
8	JUAREZÃO	PSB				1		
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB	1					
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
<b>RESULTADO</b>			19	0	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADOS	
19	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO JULIO CESAR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Estão aprovadas.

Eu gostaria de justificar a ausência do Deputado Juarezão, que estará de licença no período de 1 a 16 de agosto de 2016 para tratar de assuntos particulares.

Passa-se ao

#### GRANDE EXPEDIENTE.

Os Deputados inscritos nos Comunicados de Líderes e nos Comunicados de Parlamentares farão uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar no plenário desta Casa a negociação que transcorreu na manhã de hoje e que será retomada logo mais, às 18h30, junto ao Governo do Distrito Federal. Essa negociação será capitaneada pelo Secretário da Casa Civil, Dr. Sérgio Sampaio, pelo Secretário de Fazenda, bem como pelo Secretário Adjunto de Planejamento e outras representações do governo, do Sinpol e do Sindicato dos Delegados e contará com a presença do Deputado Cláudio Abrantes e do Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, Dr. Eric Sebba.

A proposta, Sr. Presidente, apresentada pelo Secretário Fleury, baseia-se numa proposta que tem incidência de 7% no último mês de 2017, 10% no último mês de 2018 e 10% no último mês de 2019.

Nós temos um entendimento. Não vou entrar nesse debate, porque se há uma matéria consensuada no PLP nº 257, no âmbito federal, é de que as propostas de reajustes salariais não podem ultrapassar o período do governo em que foi apresentada e adentrar o seguinte; ou seja, a proposta do Governo Rodrigo Rollemberg tem de se ajustar ao período do governo dele. É bem verdade que essa lei tem a previsão de votação para esta semana. Nós, naturalmente, ficamos perplexos porque o aumento que foi apresentado pelo Governo Federal, e fechado com a Polícia Federal, que é o parâmetro de isonomia da Polícia Civil, é bastante diferenciado. A proposta começa com 21% agora em janeiro de 2017, com duas outras etapas. Esse aumento tem esse problema de ultrapassar o período deste Governo Federal. Enfim, essa é a proposta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Fiz questão de relatar aqui, aos colegas, para que todos que têm diálogo com a Polícia Civil estejam conscientes e tentem ajudar a melhorar essa proposta junto ao Governo do Distrito Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado.

Em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Cláudio Abrantes. Quero dizer também que é lamentável, Deputado Bispo Renato Andrade, a forma como o governo tem nos tratado, inclusive a nós que somos oriundos da Polícia Civil. Eu, que fui Presidente do sindicato durante doze anos, não poderia – vou deixar a modéstia de lado, pois tenho uma larga experiência, inclusive em negociações – deixar de contribuir. No entanto, o governo sequer teve a decência de me avisar sobre a reunião. Talvez em razão das minhas convicções políticas, eu esteja sendo praticamente desconvidado das reuniões, ou seja, o governo não tem a maturidade política de separar uma coisa da outra. Isso é bom, pois me deixa livre para eu me posicionar. Agora, pode ter certeza absoluta de que, se o Governador quiser apresentar esmolas aos policiais civis, nós não vamos admitir em hipótese alguma, porque são policiais decentes, dignos e que fazem a melhor polícia do Brasil. Portanto, não vamos jamais admitir. Não aceitamos esmolas deste governo, porque os nossos recursos vêm do Fundo Constitucional. Se ele não tem condições de gerir os recursos, se ele não tem competência, não transfira a responsabilidade para aqueles que têm como instrumento de trabalho a própria vida. Isso nós não vamos admitir!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas me ombrear com o Deputado Wasny de Roure e também com o Deputado Wellington Luiz e dizer que sentimos realmente falta do Deputado Wellington Luiz, que é um policial civil aposentado há pouco tempo e que dirigiu o sindicato por um bom tempo em uma gestão de conquistas. Realmente, a proposta não foi satisfatória, como bem já relatou o Deputado Wasny de Roure, e está muito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

alguém do que esperávamos. Concordo plenamente com o Deputado Wellington Luiz quando ele diz que a categoria não aceitará um percentual irrisório como o que foi apresentado. Como otimista que sou – olho pelo lado bom –, pelo menos, hoje, temos um canal de negociações aberto e tenho de informar que a Câmara Legislativa terá um papel extraordinário nessa luta, nesse embate. Assim como foi com o aumento dos servidores públicos, eu creio que a Câmara Legislativa vai ser chamada também a mediar nesse processo. O fato é que hoje temos essa negociação aberta e já temos uma proposta. Como o Deputado Wasny de Roure nos disse, neste exato momento, as entidades, a Direção-Geral da Polícia Civil está se movimentando para apresentar uma contraproposta. Esperamos que, ainda no final da tarde de hoje, haja outra reunião com a Casa Civil para que consigamos uma proposta que, principalmente, valorize os policiais civis do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade; aniversariante do dia, o brilhante, competente e professor Deputado Raimundo Ribeiro, a quem cumprimento e dou os parabéns desejando muita saúde, felicidade e muitos anos de vida.

Caros Deputados e Deputadas, eu gostaria de fazer um apelo ao Governador no sentido de intermediar o encerramento da greve do pessoal do Metrô, porque está havendo uma radicalização e o pessoal não está querendo abrir mão do abono do ponto dos servidores. Nós sabemos que, historicamente, o único mecanismo que o servidor público tem para se defender das defasagens salariais é a greve. É um instrumento legal, consolidado há mais de duzentos anos em todos os países desenvolvidos do mundo. Então, eu queria fazer um apelo ao Governador e ao Marcelo Dourado, Presidente, no sentido de flexibilizar para que acabe essa greve e faça o abono do ponto dos metroviários. Essa greve só prejudica a parte mais fraca, como sempre, que é o usuário do Metrô, principalmente nesses dias de Olimpíadas. Então, eu queria inicialmente fazer esse apelo.

O outro assunto de que eu também gostaria de tratar é que, com muita tristeza, eu vi hoje a sanção do projeto que nós aprovamos aqui sobre a liberação geral do Uber. Quem tem um pouco mais de interesse sobre esse assunto vê que a Uber, empresa americana, já teve problemas no mundo todo. Ela foi banida da Alemanha e da Espanha. Hoje mesmo, pela manhã, a Uber não aceitou mais prestar serviço em Vitória, porque o prefeito exigiu que ela desse algumas informações. Ora, é um apelo social forte. Inclusive, Deputado Chico Vigilante, alguns disseram: “Rapaz, você está indo contra a Uber? Você vai morrer junto com os taxistas politicamente”. Não há problema nenhum. Política é assim mesmo: você ganha, você



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

perde. Agora, defender uma categoria historicamente trabalhadora, pioneira nesta cidade... Não veio nenhum americano aqui ajudar a construir Brasília quando os taxistas andavam em jipes DKV e de Fusca em meio a essa poeira. Agora que o mercado está pronto, está legal, não vai pagar imposto, faz-se uma pirâmide social. Inicialmente estimulou o Uber Black, os caras financiaram o carro. Depois entrou o Uber X com um terço do preço. O pessoal do Uber Black não está pagando as prestações. Estão inscrevendo centenas e centenas no Uber X, deixando um rastro de pessoas endividadas, porque é uma espécie de pirâmide e o que interessa realmente é o ganho financeiro. Eu estarei aqui. Eu venho alertando que, apesar de a Uber ser um apelo social forte, principalmente junto aos mais jovens, porque o preço é barato e está fazendo *dumping*... Inclusive há denúncias de que ela está dando um abono para manter os motoristas lá, ou seja, está pagando para manter até matar os demais concorrentes e colocar o preço que bem entender. De qualquer forma, há alguns Parlamentares, entre eles o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Delmasso e tantos outros, que estarão vigilantes aqui para que não se torne verdade o conceito de que Brasil significa: bravos rapazes americanos silenciosamente irão levando. A liberação indiscriminada da Uber, sem pagar impostos, sem dar informação, reforça esse conceito de que a sigla Brasil para os americanos significa exatamente: bravos rapazes americanos silenciosamente irão levando. E nós, que tanto estamos precisando, Deputado Chico Vigilante, de receitas, estamos abrindo mão sob um apelo social, mas estaremos aqui vigilantes para vermos exatamente o comportamento dessa Uber, que a princípio é um mar de bondades. Futuramente – vocês anotem aí – nós vamos testemunhar muitos casos de irregularidades e de defeitos, porque ela não pode ser perfeita em Brasília e ser imperfeita no resto do mundo.

Outro assunto que eu sempre tenho destacado, tanto nos assuntos financeiros, como nos assuntos administrativos, é sobre a Polícia Civil. Eu tenho sempre credenciado o Deputado Wellington Luiz, bem como o Deputado Cláudio Abrantes como representantes da categoria e eu respeito muito o quadrado de cada um. Tive a oportunidade, na reunião com o Governador ontem, de dizer que há necessidade – já há a confirmação da equidade dos policiais civis de Brasília, considerados um dos melhores policiais do Brasil, inclusive comparados, com indicadores, com as polícias mais modernas do mundo – de que o governo dê o mesmo tratamento, iguale o salário da Polícia Civil ao dos policiais federais, Deputado Cláudio Abrantes e Deputado Wellington Luiz. Que faça a mensagem, vá para dentro do Executivo e faça essa discussão em nível de Ministério de Planejamento, de Casa Civil, de Congresso Nacional no sentido exato, sem ficar com medo de outras categorias virem reivindicar a equiparação. Porque as outras categorias, como a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a área de educação e outras podem reivindicar a equiparação, mas primeiro tem que se conceder a equiparação da Polícia Civil com a Polícia Federal, para depois as demais categorias virem reivindicar isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Ora, a oportunidade de se fazer isso é agora. Se a economia brasileira começar a reagir a partir de janeiro e não houver esse processo de equiparação dos reajustes da Polícia Civil, não estiver consolidado em nível de Congresso, também não se poderá apresentar isso, porque o que não constar da proposta orçamentária anual, que será examinada pela Câmara e pelo Senado até o encerramento, dia 20 de dezembro, não poderá ser feito no ano seguinte.

Então, a nossa humilde sugestão ao Governador é que S.Exa. mande a proposta de equiparação dos policiais civis com a Polícia Federal. Eu digo isso, e sempre o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Cláudio Abrantes sabem que, quando é assunto da polícia, eu sempre dou e sempre trato ouvindo S.Exas. Mas, do ponto de vista político, eu acho que a oportunidade do Governador Rodrigo Rollemberg é de fazer isso. Existe o temor de que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros vão pedir também, mas isso vem em consequência da equiparação da Polícia Civil de Brasília com a Polícia Federal.

Outro assunto, que foi discutido ontem e que é necessário, é o problema da regularização fundiária de Brasília. Inclusive, a Deputada Telma Rufino nos ajudou na proposição. Nós precisamos ter uma política forte de regularização fundiária, porque Brasília deixa de arrecadar bilhões de reais em ITBI, que é o Imposto de Transmissão Sobre Bens Imóveis. Só para vocês terem uma noção, nós arrecadamos 500 milhões, Deputado Bispo Renato Andrade, quando cidades até com imóveis de valor menor do que os de Brasília arrecadam 3 bilhões e meio. Ora, a maioria dos condomínios das cidades que não tem escritura pública faz a venda. Dezenas, centenas, milhares de transações imobiliárias por contratos de cessão de direitos, em que só se reconhece a firma de quem compra e de quem vende. Sem escritura pública, não se paga o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.

Então, perdemos anualmente cerca de 3 bilhões de reais, porque não existe uma política forte de regularização. Tivemos a ideia da Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios, e várias escrituras, como a de São Sebastião, que está sendo entregue hoje, se deram em decorrência dessa secretaria. Mas existia também a Sedhab, e o nosso secretário, na época, ficava na queda de braço, boicotando o trabalho da Secretaria de Regularização de Condomínios.

Então, sugeri ao Governador, Deputado Bispo Renato Andrade, que criasse um órgão forte para cuidar especificamente da regularização fundiária. Isso é bom, porque entregar uma escritura a alguém que está irregular tem um efeito político muito forte, como também um retorno financeiro. Nós perdemos 3 bilhões de reais por ano com ITBI, porque a cidade é praticamente irregular. Praticamente 80% de Brasília não tem escritura pública.

Outra sugestão que foi dada, para encerrar: as receitas tributárias de Brasília, Sras. e Srs. Deputados, que são IPTU, ICMS, cresceram 7% em comparação ao trimestre do ano passado. Em compensação, as transferências correntes ou as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

receitas de capitais, que são as transferências vindas da União, caíram 15%, o que deixa um grande rombo na economia do Distrito Federal. Tem que ser criado um grupo de assessores estratificados para tratar das questões em todos os ministérios – só de previdência, temos 700 milhões para receber –, a fim de que haja alguém constantemente dentro do Executivo federal buscando esses recursos. Eu, inclusive, dei um exemplo lá: colocar o diretor financeiro, o Secretário de Planejamento e depois ir até o nível de governador. Ou está lá, fuçando... Porque isso é um funil. Pode ser que o GDF tenha 700 milhões, mas tem-se que arrancar pelo menos 50 mil, 100 mil, o que couber. Se não houver ninguém cobrando, esse dinheiro ficará adormecido, e vamos ficar sangrando, precisando de dinheiro no Distrito Federal, sendo que os repasses da União não estão sendo realizados. Então, só para você ter uma noção – isto são números apresentados aqui pelo Secretário de Planejamento e pelo Secretário de Fazenda, no último relatório quadrimestral –, tivemos uma queda de 15% nas transferências, que são os recursos advindos principalmente da União.

Fiz essas sugestões e tive o apoio, na regularização fundiária, da Deputada Telma Rufino e dos demais Deputados que estavam lá para dizer, de uma vez por todas, que temos de acabar com essa troca de moeda política. Temos até candidato que tem o nome “não sei quem dos condomínios” e vende a ilusão de que vai regularizar condomínio, para que as pessoas que tanto sofrem em Brasília votem nele. Precisamos de uma política como a de saúde e a de educação, um grupo de alto nível, que resolva a situação fundiária de Brasília.

Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Vossa Excelência me deixou em uma situação difícil, mas eu o deixei falar todo esse tempo porque é do PR. Quem não é filiado ao PR só vai falar por cinco minutos.

Esta Presidência comunica que foram transferidas para os dias 17 de agosto de 2016 e 31 de agosto de 2016, respectivamente, as sessões da Câmara em Movimento em Taguatinga e no Guará.

Também aproveito este momento para ler o comunicado do Terceiro-Secretário da Mesa Diretora aos Parlamentares:

“A Terceira Secretaria inicia os trabalhos desta 2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura trazendo aos nobres Deputados um *kit* de apoio às atividades de plenário composto pela Lei Orgânica do Distrito Federal, Regimento Interno da Câmara Legislativa e a Lei Complementar do Distrito Federal nº 13, sobre elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do Distrito Federal atualizadas até essa data e reunidas em um só volume. Esta é uma edição especial, com números de exemplares reduzidos, feito diretamente na gráfica da Câmara Legislativa, pois os termos de cooperação técnica com a Gráfica do Senado encontram-se suspensos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

A distribuição aos órgãos desta Casa será feita pela Diretoria Legislativa a partir desta data.

Este material será utilizado também no curso de Processo Legislativo, a ser ministrado aos servidores que assessoram os Deputados, e que será providenciado junto à Escola do Legislativo”.

Aproveito este momento para fazer um apelo ao nobre Deputado Ricardo Vale e também aos demais. Há em tramitação nesta Casa uma PELO de autoria de V.Exa. Peço, já que ficou pendente, no final do semestre legislativo, a votação das OS, que a gente possa votar a PELO de V.Exa. agora, na primeira quinzena de agosto, visto que os Deputados da Base do Governo também já se posicionaram, naquela sessão, no sentido de que seriam favoráveis a esse projeto contra as OS. É um bom momento, com Base e Oposição juntas, e a gente já pode votar isso na primeira quinzena, Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa. por se lembrar dessa PELO, cuja avaliação está já com a data marcada para o dia 18 na comissão da CPELO. Eu concordo plenamente com V.Exa. Acho que o Deputado Robério Negreiros, que é o Presidente da CPELO... Se a gente puder... Semana que vem será difícil, por causa dos três feriados em função das Olimpíadas, mas, já na outra semana, antecipar essa votação seria muito importante, pois, na semana seguinte, a gente traria essa PELO tão importante para o povo do Distrito Federal ao plenário, a fim de que ela fosse aprovada de uma vez por todas. Parece-me que o governo ainda insiste, depois de todo esse caos que já vem sendo causado em outros estados por essas OS, em implementar isso aqui no Distrito Federal. Além de tudo, há ainda esse monte de denúncias com relação – a própria CPI está investigando – à entrada dessas OS aqui. Então, é um equívoco do governo insistir em implementar uma coisa que já sabemos que não está dando certo em lugar nenhum do mundo.

Portanto, concordo com V.Exa. Eu já conversei com o Deputado Robério Negreiros e tenho conversado com os demais, para que a gente antecipe logo essa votação e evite, de uma vez por todas, que essas OS entrem aqui no Distrito Federal.

Eu queria parabenizar V.Exa., que tem sido um dos Deputados mais atuantes não só com relação a esse tema, mas também no cuidado, no zelo, por uma saúde pública de qualidade no Distrito Federal. Parabéns, Sr. Presidente! Se dependesse de mim, hoje mesmo aprovaríamos essa PELO.

Era isso, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero pedir que, logo em seguida ao Deputado Delmasso, V.Exa. me chame para falar, porque fui o primeiro a chegar aqui. Estou vendo que o quórum vai cair e preciso falar hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Sem dúvida, Deputado Chico Vigilante. Nós não iremos embora sem antes ouvir o pronunciamento de V.Exa.

Em relação à PELO, nobre Deputado Ricardo Vale, acho que a gente precisa também discutir com a sociedade não só... Não, a gente tem discutido somente com os servidores, presidentes de sindicatos. Acho que a gente tem de levar também para a população. Digo a V.Exa. que tenho andado nas regiões administrativas e, muitas vezes, as pessoas não têm noção do que seja uma OS, quais são os benefícios ou o contrário. Elas têm, muitas vezes, uma visão do que foi implementado lá em Santa Maria e – diga-se de passagem – muitas pessoas falam muito bem. Então, acho que a gente precisa ampliar o debate antes mesmo de trazer para esta Casa uma limitação de algo que ainda nem foi discutido da maneira que deveria ser. Acho um pouco precipitado a gente querer acelerar as coisas, como foi feito no último dia de sessão, quando trouxeram um projeto e ele foi votado a toque de caixa. A gente precisa discutir mais. Acho que não precisamos fazer nada de forma açodada, porque, se não for feita uma discussão ampla, isso pode trazer um prejuízo muito grande à sociedade.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso, pela liderança do PTN.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, membros da imprensa, assessores, venho a esta tribuna hoje expressar o repúdio a um *outdoor* que foi colocado em frente a uma escola em que estudam crianças de 2 a 12 anos de idade, ali em Vicente Pires. Esse *outdoor*, que faz a propaganda de uma boate de nudismo aqui no Distrito Federal, estava, Deputado Ricardo Vale, colocado de frente para a saída da escola que atende crianças de 2 a 12 anos de idade.

Esse tipo de propaganda, na minha avaliação, primeiro, desrespeita frontalmente o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo, só fortalece uma ideologia, que tem sido apregoada no Brasil, da erotização de crianças. É um absurdo, Deputada Luzia de Paula, um *outdoor* que faz uma propaganda de uma boate de nudismo, colocando as partes íntimas de homens e de mulheres, na frente de uma saída de uma escola de crianças de 2 a 12 anos, como se fosse a coisa mais normal da nossa sociedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Eu acredito que nenhum pai que está aqui neste plenário que tenha crianças nessa faixa etária iria aceitar um *outdoor* desses na frente da escola do seu filho ou da sua filha.

No ano passado foi derrubado, aqui, um veto a um projeto de lei do Deputado Evandro Garla que disciplina esse tipo de propaganda. No ano passado, também, nós apresentamos um projeto de lei nesta Casa que proíbe esse tipo de propaganda nos *outdoors*, *busdoors* ou qualquer outro tipo de mídia publicitária que seja exposta nas vias do Distrito Federal.

O que nós temos visto é que esse tipo de situação tem se tornado corriqueiro. Um exemplo disso são alguns *outdoors* desse mesmo tipo que são colocados em vias como a Estrutural, como a EPTG. Muitas vezes essas vias são utilizadas por ônibus escolares que pegam crianças de 7, 8, 9 anos de idade, e essas imagens ficam expostas às crianças.

A pergunta que eu quero fazer é a seguinte, Deputado Julio Cesar: a quem interessa esse tipo de publicidade na frente da porta de uma escola, colocando isso para as crianças? Isso é um absurdo. É uma afronta à família, é uma afronta à formação das nossas crianças. Só fortalece a política, a intenção e a ideologia de erotização das nossas crianças, e isso nós não vamos aceitar.

Na CPI da Pedofilia, nós, os membros, já vamos tomar uma decisão na próxima reunião, e provavelmente vamos convocar o dono da empresa de *outdoor* e também o dono dessa boate para perguntar qual é a intenção deles, Deputada Telma Rufino, ao colocar na frente de uma escola de crianças um *outdoor* que faz propaganda pornográfica.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, quero parabenizar V.Exa. primeiramente pela ideia brilhante de fazermos uma moção de repúdio a esse ato infracional que ocorreu ali em Vicente Pires. Quero também colaborar com V.Exa., eu que sou Vice-Presidente da CPI da Pedofilia, para que já fique registrado aqui que na próxima reunião nós temos que convocar essas duas pessoas: o dono do *outdoor*, que permitiu a colocação desse material impróprio, vergonhoso, e também o dono da boate, porque é inadmissível essa imagem.

Quero ressaltar que realmente foi derrubado o veto ano passado. Eu até contribuí para que o projeto de lei do Deputado Evandro Garla virasse lei.

Aqui cabe um pedido à Agefis ou aos órgãos competentes para que mandem lá uma fiscalização, agora, e mandem retirar imediatamente esse cartaz, esse *outdoor* que realmente fere os direitos do jovem, do adolescente e fere a mim também – eu, como pai de família. Eu, que defendo a família nesta Casa, assim



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

como V.Exa., a Deputada Luzia de Paula, a Deputada Telma Rufino, a Deputada Sandra Faraj, nós não podemos admitir um ato horroroso como esse que está estampado em frente a uma escola pública, induzindo as crianças à prática de coisas erradas.

Então fica aqui o meu repúdio, a minha indignação, e peço aos órgãos competentes do GDF que, imediatamente, se não no dia de hoje, mas amanhã, mandem lacrar, multar. Há uma lei que manda aplicar uma multa de 500 até 10 mil reais, salvo engano, então tem que se aplicá-la a essa boate, a esse dono de *outdoor*, porque nós não podemos aceitar isso. Se é lei, essas pessoas têm que cumpri-la também.

Parabéns pelo discurso, Deputado.

DEPUTADO DELMASSO – Só para encerrar a minha fala, Deputado Wasny de Roure, em Goiânia, esse tipo de publicidade já é proibido. Inclusive, as empresas de mídia externa que praticam isso recebem multas pesadas, e até têm retirado o espaço concedido, do *outdoor*.

Eu acredito que a Bruna, Presidente da AGEFIS – Agência de Fiscalização, que tão competentemente tem agido no combate à grilagem de terras, também, até por ser cristã, não vai aceitar esse tipo de coisa, Deputado Julio Cesar.

Nós aprovamos aqui uma moção de repúdio, Deputado Wasny de Roure, a essa prática, e quero pedir aos nobres colegas que aprovem também o projeto de lei de nossa autoria que proíbe a publicidade pornográfica na nossa cidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eu que agradeço.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro, pela liderança do Bloco Popular Solidário Social.

Quero, antes, aproveitar esse momento e dar os meus parabéns ao nobre Deputado Raimundo Ribeiro, uma pessoa tão querida aqui por nós Deputados, que no dia de hoje completa mais um ano de vida. Eu não poderia deixar de registrar isso e dar os meus parabéns. Posso dizer que é uma honra poder estar neste plenário trabalhando com V.Exa. Meus parabéns!

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Julio Cesar, que preside a Mesa. Obrigado. Quero cumprimentar todos os Deputados, todos os funcionários e inicialmente agradecer os cumprimentos do Deputado Julio Cesar e os do Deputado Agaciel Maia.

Eu fiquei muito atento ao pronunciamento feito pelo Deputado Agaciel Maia, que faz um apelo, aqui do plenário, ao governo, no sentido de viabilizar o retorno ao trabalho de alguns servidores que estão em greve. Faz isso não sem antes, com muita sabedoria, discorrer sobre esse direito legítimo reconhecido, que é o direito à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

greve como instrumento último de se buscar o atendimento das reivindicações, das pautas que são levantadas.

Quero me juntar ao Deputado Agaciel Maia nesse apelo, mas gostaria de fazer uns acréscimos. Nós não temos apenas o pessoal do Metrô. Nós temos os funcionários da Caesb, que estão em greve há muito tempo. Nós temos os servidores da Polícia Civil nesse cabo de guerra, e o governo não distensionava nem solucionava o problema. Evidentemente, para a cidade, já ficou muito claro que uma das características do Governador Rodrigo Rollemberg é a intransigência. O Deputado Chico Vigilante colocou que é a lerdeza. Realmente, o Governador é muito lerdo, mas não é essa a questão. O que nós precisamos – e é a nossa função nesta Casa – é dizer que ele tem a responsabilidade de fazer os serviços públicos funcionarem! Ele não pode ficar nessa atitude omissa que ele fica, como se o problema não tivesse nada a ver com ele. Ora, nós temos aí, Deputada Telma Rufino, o cidadão esperando pelo serviço da Caesb; esperando pelo serviço da Polícia Civil; esperando pelo serviço do Metrô. E o Governador faz cara de paisagem! Olha, isso é de uma irresponsabilidade enorme com a cidade. Alguém precisa dizer para ele que ele é o Governador e é responsável pela solução dos problemas desta cidade! Uai, onde nós estamos?

Então, não é difícil dialogar com os servidores. Deputada Telma Rufino, os servidores da Caesb apresentam uma pauta. Eles não têm nem o canal de diálogo, porque o Governo não dialoga com ninguém! A Polícia Civil está aí... Nós corremos o risco, Deputado Chico Vigilante, de perder, inclusive, a Polícia Civil para o âmbito federal. Já existem Parlamentares desesperados propondo que a segurança pública volte para a União. Como se isso fosse a solução para os problemas, e sabemos que não é. Mas é o desespero que leva as pessoas... Sabem por quê? Porque nós temos problemas em todas as áreas e o Governador continua ignorando como se vivesse na ilha da fantasia! Ele acha, ou pelo menos se porta, como se não tivesse responsabilidade em cima de tudo isso que está acontecendo.

E eu vou até, sem correr o risco de ser repetitivo, lembrar um problema que é muito pequeno, mas que talvez seja emblemático com relação a essa postura do Governo do Distrito Federal. Eu, aqui nesta tribuna, Deputado Chico Vigilante, denunciei há quatro meses que uma empresa de ônibus que faz a ligação entre Planaltina de Goiás e Sobradinho, além de os ônibus serem imprestáveis, a tarifa exigida, ou autorizada, é quatro reais e cinco centavos, e o motorista cobra seis reais. Eu trouxe esse caso ao Secretário de Mobilidade do Distrito Federal – que pelo visto não tem nenhuma mobilidade –, entreguei para ele, Marcos Dantas; entreguei também para o seu chefe de gabinete, não sei, o funcionário lá, para resolver. E disse como é que resolve. É muito simples! É chamar um fiscal e dizer: “Vá acompanhar e verifique se é verdade”. Se for verdade, vamos autuar, é só isso! Aí, primeiro, demonstrando a compulsão pela preguiça deste governo, fez-se o quê? “Ah, não, isso não é nosso porque é uma linha interestadual”. Para aí, isso não é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

desculpa, porque o fato de a linha ser interestadual pode até afastar inicialmente a responsabilidade, mas o fato de transitar nas vias do Distrito Federal coloca sob vigilância nossa. E não é possível que um dirigente não saiba disso, que um governante não saiba disso! Isso é elementar, é regra primária! Mas muito bem! Prometeram-me que iam lá olhar. Já tem quatro meses isso, que o povo está sendo roubado, o governo avisado, e tudo continua como dantes no quartel de Abrantes – sem quere citar o meu amigo Deputado Cláudio Abrantes.

Recentemente, recebi, e aí é de uma gravidade extrema, Deputado Chico Vigilante, um ofício da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, um ofício mentindo – agora a mentira está formalizada – dizendo que não tem nada disso: “Não. O motorista se porta bem”. Só faltou dizer que as linhas de ônibus são as melhores do mundo. Daqui a pouco vão querer compará-las com o metrô da Europa.

Pessoal, realmente, apesar de cômico, é trágico, porque as pessoas de bem, Deputada Telma Rufino, trabalhadores que levantam às 5h da manhã para serem domésticas na casa de alguém ali na região de Sobradinho, para irem trabalhar... Enfim, essas pessoas estão sendo roubadas e o governo sabe, porque foi comunicado, mas não toma providência nenhuma. Está desamparada a população. Eu pergunto a vocês: será que esses cargos só servem para empregar e pagar salários para essa turma? Pessoal, vamos deixar de preguiça, vamos trabalhar. Realmente, está se cristalizando o entendimento de que este é um governo preguiçoso. E não é porque eu quero, não é porque o Deputado Chico Vigilante acha, não é porque cada um de nós aqui tem a sua visão, é porque os atos do governo, ou a falta deles, demonstram isso claramente.

Então, eu gostaria de fazer um apelo aqui – temos o Líder de Governo, temos alguns companheiros que fazem parte da Base deste governo e carregam um fardo enorme, eu sei o que é dizer que faz parte dessa Base que está aí – que eles levem isso ao conhecimento do Governador e mostrem a ele que este governo está muito ruim mesmo. Já não faltava muita coisa, porque a incompetência já era clara, e agora está vindo aí com essa CPI uma série de coisas que são terríveis, como essa questão de corrupção, essa coisa toda. Precisa-se que o governo faça pelo menos o básico que, nesse caso que acabei de citar, é apenas mandar cumprir a lei. Qual é o problema de você chegar à empresa e dizer: “Compadre, eu não vou deixar mais você continuar roubando passageiros”. Qual é o problema? A não ser que o governo deixe de ser fiscal para ser cúmplice. Aí, é perigoso. Se não age, termina prevaricando.

Eu quero também dizer que amanhã, Deputado Chico Vigilante, eu estou preparando, com a ajuda da Deputada Telma Rufino, um material para falar sobre essa questão do Jardim Botânico, porque aconteceu um fato muito interessante na nossa cidade. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal reconheceu que determinada área pertence à Terracap, ou ao Distrito Federal. A gente já vem notando que o governo está se assanhando muito, achando que encontrou uma mina de ouro. Ele



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

não pode pensar isso. Aquilo ali, o Jardim Botânico e os condomínios, é um problema que aflige a população há mais de vinte anos pela incompetência dos governos. Então, que o governo não veja essa decisão judicial como uma forma de enriquecer, não! Ele tem de aproveitar o momento. Ele pode até nos ouvir, nós temos aqui Parlamentares que são conhecedores do assunto, como é o caso da Deputada Telma Rufino, do Deputado Agaciel Maia, do Deputado Wellington Luiz. São pessoas que já trabalharam nessa área e podem ajudar. Mas o governo não pode achar que vai se aproveitar de uma decisão judicial para continuar explorando a população dos moradores de condomínios não. Aquilo ali é para se aproveitar da oportunidade e, utilizando-se inclusive do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – eu participei da sua elaboração e da sua execução –, regularizar de uma vez por todas essa situação. Eu já estou ouvindo nos corredores da Terracap que vai se cobrar o preço de mercado, que vão se cobrar juros comerciais. Nada disso! O que tem de se cobrar é o valor que as pessoas pagaram quando foram ocupar aquela área. Existia naquela época o valor. Você não pode querer, sob pena de enriquecimento ilícito, cobrar o valor de mercado de hoje porque a ocupação feita pelos moradores fez com que se valorizasse. Se há valorização naqueles condomínios não é por causa de nenhum governo não, é por causa dos moradores que foram atrás de condições melhores para morar. Amanhã retornarei ao assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eu que agradeço, Deputado Raimundo Ribeiro. V.Exa. é sempre contundente em seus discursos. Só quero fazer uma colocação sobre tudo aquilo que V.Exa. falou. Quando disse que o nosso Governador não se importa com a situação que está ocorrendo, é muito o contrário. Eu quero dizer a V.Exa. que ele se importa e muito, só que vemos que são várias frentes que nós temos aí que estão buscando reajustes, e não podemos, de uma hora para outra, dar todos os reajustes necessários, até porque temos a Lei de Responsabilidade Fiscal que temos de cumprir. Não adianta prometermos algo e depois não cumprirmos. A gente já está vivenciando isso em relação à questão dos aumentos dos servidores que estão marcados para outubro, que foram dados lá atrás, e até hoje não foram cumpridos por falta de recursos no Estado. A gente tem que ter também uma responsabilidade quando V.Exa. diz que é uma irresponsabilidade do governo. Nós também temos que ter responsabilidade naqueles atos que vamos exercer para que amanhã não sejamos cobrados por algo que prometemos e não cumprimos. É isso que é o terrível. Eu queria deixar registrado isso.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação ao que o nobre Deputado Raimundo Ribeiro, a quem tenho grande respeito,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

disse sobre a questão da lentidão do governo, eu quero dizer que o Governador Rodrigo Rollemberg está sendo um pouco mais prudente em relação à legislação para não cometer erros que alguns do passado cometeram. Acredito que seja nessa linha que ele está trabalhando. Acredito que as coisas vão acontecer de imediato neste segundo semestre, com fé em Deus.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Lira.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu participei hoje, pela manhã, de um ato muito importante dos servidores da saúde em frente à UPA de Ceilândia. Exatamente no lugar, Deputado Raimundo Ribeiro, onde o Governador Rodrigo Rollemberg, na época da campanha, fez uma gravação dizendo que aquela UPA iria funcionar 24 horas, que teria todos os especialistas ali e que a população de Ceilândia seria atendida, bem como de Águas Lindas. E foi um grande protesto. E eu tive a satisfação de ficar ali de nove horas até meio-dia e meia também contra essa ideia absurda da implantação das organizações sociais. Isso é uma tragédia.

Inclusive eu queria pedir ao Deputado Julio Cesar, Líder do Governo, para que ajudasse a convencer esse cabeça-dura chamado Rollemberg de que essa coisa não dá certo. O homem está parecendo cabeça de prego. Isso não dá certo, gente! O problema da saúde no Distrito Federal é gestão. O Governador Rodrigo Rollemberg, na época em que era candidato, dizia que era gestão. E eu digo que ele tinha razão naquele tempo. Só que aumentou a incompetência, e a gestão hoje é muito pior, Deputado Wasny de Roure. Nós estamos vivendo uma situação, Deputada Luzia de Paula, aqui em Brasília, atravessando o mais longo período da história da humanidade de uma saúde em emergência. Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa. que é jurista, e certamente já está perto de se aposentar, já ouviu falar de um período de decretos de emergência que está caminhando para dois anos? Pois é, Deputado Raimundo Ribeiro, vão se completar dois anos que a saúde do Distrito Federal está em emergência, e o decreto de emergência é para ter a facilidade de fazer contrato e comprar mais fácil tudo. Mas está aí: emergência. Aí, Deputado Raimundo Ribeiro, foi para a calamidade pública.

A verdade é essa: a saúde está em calamidade pública, e não me venham com essa história de que a OS – Organização Social vai resolver, porque a OS não resolve nada. A OS, por onde passou, deixou um rastro de destruição, de corrupção, de malandragem, de safadeza, e nós não queremos isso para o Distrito Federal. Portanto, OS não. Creio que a bancada do governo aqui tem a responsabilidade de ajudar a convencer o cabeça-dura do Rollemberg de que OS não dá certo.

O segundo ponto, Deputado Delmasso, que eu queria abordar é uma situação muito grave que Brasília está vivendo e para a qual nós aqui estamos calados. Nós temos uma lei distrital de 1994 que diz que não pode haver antena de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

telefone celular em escolas. Nós temos 35 antenas em escolas. Se forem retiradas as 35 antenas hoje, o sistema de telefonia celular do Distrito Federal vai entrar em colapso. Nós verificamos que, com duas horas em que o WhatsApp ficou fora do ar, houve gente que quase foi à loucura. Imaginem ficar fora do ar nessas regiões para o resto da vida? Porque não tem como funcionar o sistema de telefonia sem aquelas antenas.

Esta lei precisa ser modificada, e o Governador Rollemberg, em vez de mandar a Agefis seguir uma determinação do Ministério Público e retirar as antenas, deveria mandar um projeto regulamentando a situação das antenas nas escolas. Está provado que não trazem risco nenhum. Está provado que podem existir, sim, até mesmo porque a antena, o que ela é? É uma estação móvel ampliada. É igual ao telefone. Eu não conheço um brasileiro que não tenha um telefone celular. Existe gente que tem quatro. Fica 24h com ele no ouvido. Aí vêm me dizer que as antenas transmitem doença? Não há nada disso não! É uma lei ultrapassada que precisa ser modificada para devolver a tranquilidade das comunicações ao Distrito Federal.

Por último eu quero fazer um convite a todos os Deputados e Deputadas. Eu, a Deputada Luzia de Paula e o Deputado Prof. Reginaldo Veras vamos promover hoje uma sessão em homenagem ao São João do Cerrado, que é um bonito evento cultural, que já é do Brasil, que acontece na nossa querida cidade de Ceilândia. Na verdade, hoje é um evento do Brasil. Portanto, eu convido todos os Parlamentares para ficarem aqui para essa sessão, que será às 19h. Vale, Deputado Delmasso, para evangélicos, católicos, porque a cultura não tem religião, a cultura é de todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Pergunto se há mais algum Parlamentar que gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa.)

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – O Expediente lido vai à publicação.

Quero ressaltar que, em nosso bloco Brasília em Evolução, foi protocolizado no dia de hoje que, a partir de amanhã, nosso Líder será – com o consentimento da Deputada Luzia de Paula, dos Deputados Juarezão, Roosevelt Vilela e meu – o Deputado Lira, que está chegando para reforçar o nosso time, o nosso bloco.

Então, Deputado Lira, a partir de amanhã V.Exa. será nosso Líder. Quero registrar a chegada de V.Exa. em nosso bloco Brasília em Evolução.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   08   2016	16h00min	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero fazer as minhas saudações ao nosso Líder do bloco Brasília em Evolução, o Deputado Lira. Quero dizer da minha alegria de recebê-lo como nosso Líder do bloco, da satisfação de estar novamente ao lado dele em um bloco. Nós começamos a legislatura juntos. Espero que possamos terminar juntos esta legislatura e que possamos fazer um bom trabalho.

Deputado Lira, seja bem-vindo como Líder, para nos ajudar nessa caminhada. Eu tenho certeza, em nome do PSB, o partido recebe V.Exa. de braços abertos como Líder do bloco Brasília em Evolução.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço o convite aos colegas Deputados que fazem parte do bloco Brasília em Evolução, e me coloco à disposição do grupo. Como o próprio nome já diz – Brasília em Evolução –, eu quero contribuir, enquanto Líder do bloco, junto com meus colegas, para fazer com que Brasília realmente evolua. Evolua do ponto de vista econômico, social, e também político. Nessa minha contribuição, podem ter certeza, farei de tudo para manter a unidade do bloco e fazer com que cada um se sinta representado através de minha pessoa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Quero também registrar a constituição de um novo bloco na Casa. O bloco será composto pelo Deputado Delmasso, pelas Deputadas Sandra Faraj, Telma Rufino e Liliane Roriz, que constituirão o bloco parlamentar denominado Juntos por Brasília. Solicito à secretaria que providencie a publicação desse novo bloco.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h43min.)